

*Ata da 9ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa
do Estado da Bahia,
em 27 de março de 2014.*

Presidência do Senhor Deputado Marcelo Nilo. À hora marcada, o Sr. Presidente, invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão Especial com o objetivo **de debater o tema da Campanha da Fraternidade 2014: Tráfico Humano e Fraternidade, que tem como lema “É para a liberdade que Cristo nos libertou”**, proposta pelo Deputado Yulo Oiticica. O Sr. Presidente convidou para compor a Mesa os (a) Srs (a): Deputado Yulo Oiticica; Deputada Neusa Cadore; Deputada Luiza Maia, Presidente da Comissão de Tráfico de Pessoas da Assembleia Legislativa da Bahia; Revmº Sr. Dom Murilo Krieger, Arcebispo Primaz do Brasil; Revmº Sr. Pe. Danilo dos Santos, representando o Magnífico Reitor da Universidade Católica; Pe. Maurício Ferreira; Coronel PM Gilson Santiago, representando o Comandante-geral da PM, Coronel Alfredo Castro; Dr. Luís Roberto Cappio, Juiz titular da Vara Crime e da Infância e Juventude da Comarca de Euclides da Cunha; Dra. Regina Machado, advogada criminalista internacional e especialista em atendimento às vítimas do tráfico; Dr. Eraldo Moura, Coordenador do Programa Estadual de Transplantes da Secretaria da Saúde da Bahia; Waldemar Oliveira, Coordenador do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca); Dom Luiz Cappio, Bispo do Município de Barra; Ailton Ferreira, Superintendente de Direitos Humanos, representando o Secretário de Justiça, Almiro Sena; Pe. Jorge, Coordenador da Pastoral da Saúde; Rosilene Silva Ferreira, representando o Projeto Força Feminina Pastoral das Mulheres Marginalizadas; Agnaldo Borges, representando a Renovação Carismática Católica (RCC). O Deputado Yulo Oiticica destacou a importância do debate em torno desse tema e comentou sobre o trabalho da CPI do Tráfico de Pessoas, nesta Casa e no Congresso Nacional. Mencionou o elevado número de mortes da juventude negra, um grito presente na Bahia e no Brasil através da Pastoral da Juventude, elogiou a atuação de Dom Murilo, Dom Luiz Cappio e da CNBB, que tem sido uma estância fundamental para o fortalecimento da democracia brasileira, e comentou sobre os temas abordados pela Campanha da Fraternidade, que têm sido debatidos nesta Casa há 16 anos. Enfatizou a necessidade da militância em prol da conscientização da doação de órgãos, visto que a falta de informação da população brasileira eleva a fila de espera dos pacientes, o que contribui para aumentar o tráfico de órgãos. Relembrou que em 2011, apresentou um projeto de lei, hoje a Lei nº 12.928, que dispõe sobre a criação do Dia Estadual de Conscientização da Importância do Transplante e Incentivo a Doação de Órgãos e Tecidos, a ser celebrado no dia 27 de setembro. Passou a tecer considerações sobre o tráfico de pessoas, que se traduz no trabalho escravo, no tráfico de órgãos, no tráfico de mulheres e na exploração infantil, e considerou que é preciso denunciar as redes e estruturas

criminosas causadoras desse tipo de crime, bem como reivindicar políticas públicas de prevenção e meios para reinserção das vítimas. Apresentou dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da Organização Internacional para Migrações (OIM), acerca desse tema, a terceira modalidade mais rentável deste tipo de crime internacional, ficando atrás apenas do tráfico de armas e drogas, e informou que a Convenção de Palermo, definiu o tráfico como o recrutamento, o transporte, a transferência e o alojamento de pessoas, utilizando-se de ameaça, força, formas de coação e abuso de autoridade em situações de vulnerabilidade para fins de exploração. Considerou que o combate ao tráfico humano é uma questão política, ideológica, legal, ética e humana, e a luta deve ser travada em todas estas dimensões, não esquecendo do cuidado para com as vítimas. Tratou sobre a questão do tráfico de pessoas no País, apresentou dados do primeiro relatório com a consolidação das informações existentes sobre esse tipo de crime no Brasil, elaborado pela Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça (SNJ/MJ), em parceria com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), e relatou a criação do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico e Pessoas (Conatrap), que vai buscar aprimorar as políticas de Estado. Mencionou outras ações do Governo Federal voltadas para o enfrentamento do problema e pediu aos cidadãos que denunciem através do disque 100. Saudou o Papa Francisco, que tem mostrado muita sabedoria e humildade na condução da Igreja e encerrou defendendo a construção de um mundo solidário e justo. A Deputada Luiza Maia prestou solidariedade ao Juiz Dr. Luís Cappio que tem trabalhado para combater o tráfico de pessoas e tem sofrido perseguições e ameaças, e defendeu a atuação deste Parlamento contra esse grave crime. O Sr. Presidente anunciou a apresentação do Grupo Ágape, formado por adolescentes da paróquia São Daniel Comboni. O Sr. Valdemar Oliveira reverenciou as pessoas e entidades que atuam para combater o tráfico de pessoas, saudou a CNBB pela escolha desse tema e lamentou a ausência dos deputados em uma sessão voltada para a abordagem de um assunto dessa envergadura. Relembrou que ouviu de uma alta autoridade portuguesa, que a grande maioria das prostitutas que atuam em Portugal é brasileira, e avaliou que se faz necessário cobrar mais políticas públicas dos governos destinadas ao enfrentamento dessa questão no País. Relatou o trabalho realizado pelo Cedeca, localizado no Pelourinho, recebendo apoio financeiro do Governo do Estado, principalmente através da Secretaria de Desenvolvimento e Combate à Pobreza e disse que se preocupam também com a questão da violência sexual, prestando amparo psico-social e jurídico às vítimas. Sugeriu a instalação de um posto avançado no aeroporto, considerou que é preciso ter ações permanentes, com a participação conjunta de várias entidades e órgãos e finalizou apelando à população para não se omitir e ser conivente com qualquer tipo de violência que vitime crianças e adolescentes. O Sr. Presidente registrou a presença de autoridades, entidades, associações e representantes da sociedade. O Sr. Ailton Ferreira agradeceu a Dom Murilo, pela audiência que tiveram com ele na Cúria Metropolitana no Garcia, visando se inteirar da proposta da Campanha da Fraternidade de 2014, que tem por objetivo fortalecer a militância católica nos bairros, para o

enfrentamento ao tráfico de pessoas. Comentou sobre o trabalho da Superintendência, um núcleo subordinado à Superintendência de Direitos Humanos, dentro da Secretaria de Justiça, localizado no Pelourinho, que dentre outras tarefas, também cuida do enfrentamento ao tráfico de pessoas, através da recepção de denúncias e do acompanhamento às vítimas. Comentou sobre o caso envolvendo a Banda *New Hit*, avaliando que há uma inversão de valores, visto que as garotas, que foram as vítimas, ficaram prejudicadas em seu cotidiano e ressaltou que o melhor enfrentamento que podem fazer, é conscientizar a população de que o ser está acima do ter. Cobrou mais ações por parte do Poder Público e solicitou o apoio do Deputado Yulo Oiticica na negociação com a Infraero, para a implantação de núcleos no Aeroporto Dois de Julho, bem como no porto de Salvador e na estação rodoviária. Por fim, destacou o movimento social que está acontecendo no bairro de Sussuarana através de uma iniciativa da Igreja Católica. A Sra. Rosilene Silva Pereira informou que a Pastoral da Mulher Marginalizada está instalada no Pelourinho, no Centro Histórico, e trabalha com mulheres em situação de prostituição, atuando em parceria com a Arquidiocese, com o Centro Humanitário de Apoio à Mulher (Chame) e com a Rede Grito pela Vida. Encerrou relatando que o trabalho se baseia em campanhas informativas, abordando todos os perigos que podem atingir as mulheres nessa situação. O Sr. Agnaldo Borges declarou que a Renovação Carismática Católica também está engajada na luta em prol da vida, através de orações e ações. Defendeu a união de governos, entidades e sociedade para combater as mazelas sociais enfrentadas pela população e comentou sobre o encontro *Quero orar*, que aconteceu no mês passado, voltado para o fortalecimento espiritual. Disse que é preciso enxergar no Cristo aquilo que Ele fez pela humanidade e finalizou colocando a RCC à disposição daqueles que buscam o bem maior da comunidade. O Juiz Luiz Roberto Cappio considerou que esse tema demanda dias de palestras, de fóruns, tratativas e encaminhamentos, com a participação do Poder Público e da sociedade, visando proteger os oprimidos da eliminação total da sua liberdade e da sua dignidade. Avaliou que os dados apresentados pelas organizações subestimam o verdadeiro número que quantifica os vários tipos de tráfico de seres humanos, até porque muitas das vítimas se escondem e também porque ainda não há no Brasil legislação específica para esse tipo de crime. Lembrou que quando denunciou a possibilidade de que não só a Bahia, mas todo o Brasil estava tomado pelo tráfico, especialmente, de crianças e mulheres, foi afastado das suas funções imediatamente, e contra ele, foi instaurado um incidente de insanidade mental pelas autoridades públicas constituídas tanto do Ministério Público como do Judiciário da Bahia e alguns membros da OAB da Bahia, o que para ele configura o descuido do Estado brasileiro para as questões que interessam à sociedade. Elogiou o trabalho da CNBB na execução dos eixos de ações e de trabalho pastoral e nesse intercâmbio com o Estado brasileiro e ressaltou o papel decisivo dos juízes no enfrentamento ao tráfico de pessoas, garantindo as prerrogativas da magistratura. Por fim, cobrou maior comprometimento dos políticos e da Justiça, que precisam com urgência avocar para si a responsabilidade constitucional de enfrentar o tráfico humano, bem como

cobrou mais ação e menos discurso. O Pe. Jorge Brito fez uma apresentação musical. Em seguida ponderou sobre a necessidade de políticas sérias para tirar as mulheres da prostituição, e pediu maior cuidado com a aproximação da Copa, porque está acontecendo um tráfico sutil. Aproveitando a oportunidade questionou aos representantes da Prefeitura Municipal, presentes na Sessão, o que vai ser feito com os moradores de rua durante o período da Copa, período em que podem ser colocados em lugares inadequados com o objetivo de limpar a cidade. Abordou a questão do turismo sexual, disse que a doação de órgãos é um ato de amor e cobrou tratamento igualitário por parte da Polícia Militar, que trata diferente o morador de bairros mais carentes. Finalizou conclamando a todos para lutarem em prol de uma sociedade mais digna. O Dr. Eraldo Moura parabenizou a CNBB pelo tema escolhido e avaliou que toda a situação de tráfico começa na família, que tem um papel fundamental na formação do indivíduo. Tratou sobre o tema tráfico de órgãos, defendeu campanhas de esclarecimento para que a população se sinta mais segura acerca da doação, e afirmou que o Brasil tem uma legislação extremamente rigorosa no processo de inclusão de qualquer cidadão. Por fim, desejou que essa campanha seja uma motivação não só da sociedade, mas uma motivação política de reforma das leis para a transformação da sociedade em uma sociedade mais justa e igualitária para todos. O Cel. Gilson Santiago disse que a Polícia Militar está abrindo as portas para um momento novo, procurando contextualizar a Corporação com aquilo que é mais legítimo em termos de anseio da sociedade, voltada principalmente para o respeito aos direitos das pessoas. Ponderou que ao permitir que este tipo de crime aconteça, uma boa parte dele em virtude do enfraquecimento da família, as vítimas muitas vezes perdem o direito ao sonho, e considerou que em termos de dignidade, é o pior de todos os crimes. A Dra. Regina Machado informou que começou a trabalhar com o problema do tráfico de pessoas há 15 anos quando tinha um escritório na Europa e atendia imigrantes irregulares, principalmente brasileiros, que fugiam desse tipo de situação, e disse que o consulado brasileiro em qualquer lugar do mundo continua não dando assistência a essas pessoas. Congratulou as ONG's, tanto de trabalhos mundiais, quanto da missão de Cáritas, assim como as ligadas à religião também, que prestam assistência as vítimas, e relatou o trabalho que realiza, de atendimento, repatriamento e amparo às pessoas que sofrem esse tipo de abuso. Lamentou que os governos federal, estaduais e municipais não criem programas de amparo às vítimas, que clamam por justiça, amparo e desejo de voltar à vida normal, e considerou que o núcleo de enfrentamento ao tráfico precisa de aprimoramento. Reforçou a necessidade de combater o aliciador, retirando das mãos dele, a vítima, e solicitou ao representante da Superintendência de Direitos Humanos para aprimorar os trabalhos e desenvolver programas direcionados à vítima. Dom Luiz Cappio convidou a todos para fazerem uma oração pelas pessoas que são vítimas desse tipo de crime. Dom Murilo Krieger resumiu o que iria falar em três pensamentos: o primeiro, no Evangelho de Mateus, capítulo 25; o segundo pensamento é o desafio de todos em relação ao problema do tráfico humano, que é um problema do Estado, dos políticos, da polícia, do Legislativo, da Igreja e da sociedade e o terceiro pensamento,

que não há soluções feitas para resolver este problema, há a necessidade da busca de solução com criatividade e amor. O Sr. Presidente convidou todos a ficarem de pé para orarem, colocou a CPI do Tráfico de Pessoas à disposição para enfrentar esse grave problema no Estado, pediu que todos cantassem uma *Prova de Amor maior não há*, uma música do compositor Reginaldo Veloso, feita durante a ditadura militar, diante do sequestro, tortura e assassinato do saudoso líder Dom Hélder Câmara, e em seguida pediu a Dom Murilo para concluir a Sessão com uma bênção especial. Em nome do Poder Legislativo da Bahia, agradeceu a participação e presença de todos e declarou encerrada a Sessão.

PRESIDENTE -

1º SECRETÁRIO -

2º SECRETÁRIO -